

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

O Estado do Acre possui uma superfície de 153.149 km², o que representa 1,79% da área do país, e apresenta uma vocação estritamente florestal. Situado na Amazônia Legal, sua vegetação natural é composta basicamente por floresta tropical aberta e floresta tropical densa. O potencial econômico da flora estadual é imensurável, tanto do ponto de vista madeireiro, da abundância e variedades de espécies produtoras de frutos para a alimentação e uso industrial, quanto da existência de plantas medicinais e ornamentais.

Ao longo de sua história, a ocupação do território e a organização de atividades econômicas no Acre, respaldadas por políticas e projetos governamentais, não viabilizaram um modelo de desenvolvimento duradouro e sustentável. A partir dos anos 70, a expansão da fronteira agropecuária e madeireira no Acre (ainda que de forma menos intensa do que em outros estados, como Pará, Mato Grosso e Rondônia) foi acompanhada por problemas graves, tais como: conflitos sociais sobre o acesso à terra e outros recursos naturais, exploração predatória de recursos naturais, altas taxas de desistência nos projetos de assentamento, crescimento desordenado de cidades como Rio Branco¹. O extrativismo vegetal, que tradicionalmente sustentou a economia acreana não tem recebido o apoio e o incentivo necessários para uma melhor performance. Os preços pagos pela borracha são incapazes de reanimar a produção e a madeira tem sido explorada de forma seletiva, sem nenhum tipo de manejo.

Recentemente, o Estado tem realizado, esforços para promover o desenvolvimento sustentável, atendendo às necessidades do presente sem comprometer uso dos recursos naturais no futuro. Para tanto, tem utilizado como instrumento o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), organizando o processo de ocupação socioeconômica por meio da identificação do potencial de cada região e da orientação dos investimentos para o desenvolvimento do extrativismo, da agroindústria e da agropecuária, buscando a preservação da biodiversidade.

¹ Site do Governo do Estado do Acre – www.ac.gov.br

A malha rodoviária do Acre está concentrada na região da capital. O Estado possui duas rodovias federais, a BR-364 que faz a ligação com a cidade de Porto Velho, em Rondônia, e corta o Estado de Leste a Oeste, no sentido Rio Branco/Cruzeiro do Sul, findando a capa asfáltica em Sena Madureira; e a BR-317, que corta o Vale do Acre de Norte a Sul e que tem asfaltamento parcial no trecho Rio Branco/Xapuri/Brasiléia. Rodovias estaduais asfaltadas fazem a ligação de Rio Branco com os municípios de Senador Guiomard, Plácido de Castro, Porto Acre e Bujari, enquanto a ligação terrestre com os demais municípios ocorre apenas durante 4 meses do ano, no período de estiagem. Nos meses chuvosos, com duração de 8 meses, a ligação aérea, mesmo considerando os custos elevados, ocupa lugar de destaque, apresentando-se como principal meio de transporte para maioria das localidades do interior do Estado. O transporte fluvial de Rio Branco é bastante irregular no período da seca (maio/outubro), navegando apenas pequenas embarcações.

Economia

Destacam-se no Estado, como atividades econômicas mais significativas, a exploração da borracha e da madeira. Os ciclos da borracha no Brasil atraíram para o Estado do Acre, desde o século passado, um contingente populacional formado principalmente por nordestinos. A queda do preço do produto no mercado internacional fez com que muitos seringais fossem desativados e a produção de borracha decresceu acentuadamente no Acre. O seringueiro passou então a diversificar suas atividades, estando hoje as florestas acreanas permeadas de comunidades extrativistas. O gerenciamento direto da floresta pela população que nela habita, tornando-se o agente responsável por si e pelo que pode significar a preservação da floresta é o recomendável.

A Floresta Estadual do Antimary², que abrange 66.168 hectares, no centro-leste do Estado, foi escolhida como área de estudo de modelos de utilização da floresta tropical. A população local é formada predominantemente por seringueiros, e as principais fontes de renda das famílias são a exploração da castanha e da borracha. O Plano de Manejo de Uso Múltiplo da Floresta do

² Idem

Antimary é financiado pela International Tropical Timber Organization (ITTO), com contrapartida do governo brasileiro.

O ponto de partida para a interpretação das tipologias florestais foi o mapa confeccionado a partir de imagens de satélite. Optou-se pela determinação de regiões de manejo, nas quais poderiam ser agrupados mais de um estrato, desde que não houvesse grande diferenciação entre as espécies potenciais. Definiram-se então três tipologias básicas: Floresta Densa; Floresta Densa de Várzea; e Floresta Aberta com Bambu.

Segundo levantamento socioeconômico na Floresta do Antimary, estima-se uma produção anual potencial de 200 toneladas de borracha natural e 44 toneladas de castanha do Brasil "in natura". A borracha representa o produto mais importante da economia de extrativismo, havendo no Antimary um total de 544 estradas de seringa (114 árvores de seringueira em média por estrada) nas colocações. A castanha do Brasil é o segundo produto do extrativismo da Floresta do Antimary, sendo coletada no período da entre-safra da borracha, que ocorre de dezembro a fevereiro.

Das 1.244 espécies de plantas registradas, 674 foram designadas como tendo potencial de uso pelo extrativismo. Estes usos estão divididos em categorias, entre as quais destacam-se: para a nutrição humana (frutas de árvores, arbustos, palmeiras e cipós); para a construção civil, que inclui aquelas espécies que os extrativistas usam na construção de suas casas (cumaru ferro, itauba etc.); madeira para botes — espécies utilizadas na construção de canoa, (arapari, itaúba, maçaranduba etc.); para fazer ferramentas para caça e pesca — incluem-se espécies adequadas a caniços e armadilhas; para utensílios variados — incluem-se espécies adequadas para a fabricação de facas, utensílios para a extração do látex etc.; remédios (como barba de paca, que é usada como coagulante do sangue, para uso externo); lenha e carvão — várias espécies arbóreas são incluídas nesta categoria, como ingá ferradura e o louro. As estradas de seringa estão sendo utilizadas como limites para facilitar o processo de determinação da área a ser manejada. De acordo com as condições de ocorrência de espécies comerciais, topografia, distância das margens, mão-de-obra disponível e área total, foram

determinados os compartimentos onde serão realizadas anualmente as atividades do projeto.

O bambu é um dos produtos a ser explorado no Acre. Em todo o mundo, existem mais de mil espécies de bambus herbáceos e gigantes, distribuídos em cerca de 50 gêneros. No Brasil, as espécies de ocorrência da região amazônica recebem vulgarmente o nome de taboca ou taquarussu. No Acre, como na Amazônia de maneira geral, o bambu nativo é pouco utilizado. Em certas regiões é usado pelo seringueiro apenas como tigela para coleta do látex ou como ponte sobre pequenos igarapés. Na biodiversidade das florestas acreanas, destaca-se, entre outras espécies, o bambu nativo, encontrado em grande quantidade em todo o território do Acre.

O único Distrito Industrial existente no Estado, localiza-se no município de Rio Branco, possuindo infra-estrutura básica de transportes coletivos, vias de acesso, energia elétrica e linhas telefônicas, porém grande parte dos empreendimentos ali instalados encontram-se com suas atividades paralisadas.

Produto Interno Bruto

A economia do Acre representa 0,2% do PIB brasileiro em 1998. A participação da economia do Estado no total da região Norte, que passou de 3,3%, em 1985, para 4,5%, em 1998 teve um crescimento superior à média da região. Isso ocorreu em todos os setores: na agropecuária, passou de 3,9% para 2,8%; na indústria, de 1,9% para 3,1%; e nos serviços, de 4,7% para 5,5% (Tabela 5).

Em 1998, a estrutura do PIB do Acre era composta por 9,6% da agropecuária, 16,3% da indústria e 75,7% dos serviços. Em 1985, a participação da indústria e da agropecuária eram maiores (16,6% e 27,5%, respectivamente), enquanto a dos serviços era menor (63,3%) (Tabela 6).

Tabela 5
Participação do PIB do Acre no Total do PIB da Região Norte, segundo
Setores de Atividade Econômica
1985-1998

Setores de Atividade Econômica	Em porcentagem			
	1985	1990	1995	1998
Agropecuária	3,9	2,8	2,8	2,8
Indústria	1,9	2,0	2,4	3,1
Indústria Geral	1,8	1,8	1,9	1,9
Construção Civil	3,1	4,0	6,6	9,6
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2,8	3,0	1,9	1,9
Serviços	4,7	5,8	6,6	5,5
Comércio	4,5	4,9	7,9	3,9
Transportes	2,0	1,6	2,3	2,3
Comunicações	3,9	2,0	5,5	5,5
Instituições Financeiras	3,9	5,4	4,3	4,1
Administração Pública	7,9	8,3	10,8	10,5
Aluguéis	2,8	2,6	2,4	2,3
Outros Serviços	3,6	3,6	3,6	3,8
Subtotal	3,4	4,1	4,8	4,5
Dummy Financeira	3,9	5,4	4,3	4,1
PIB a Custo de Fatores	3,3	4,1	4,8	4,5

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-98.

Tabela 6
Estrutura do PIB a Custo de Fatores, segundo Setores de Atividade Econômica
Estado do Acre
1985-98

Setores de Atividade Econômica	Em porcentagem													
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Agropecuária	16,6	17,6	17,8	15,1	15,1	8,3	9,0	7,2	8,5	11,3	11,2	9,9	7,5	9,6
Indústria	27,5	25,0	22,0	24,0	26,1	17,3	20,2	19,2	18,5	14,6	13,5	14,3	15,7	16,3
Indústria Geral	23,5	22,4	17,7	18,6	20,7	13,4	14,1	13,1	14,1	10,2	8,6	8,2	8,2	7,7
Construção Civil	2,1	0,5	1,1	2,8	3,5	1,9	3,7	2,6	2,8	3,1	3,8	5,1	6,4	7,5
Serviço Industrial de Utilidade Pública	2,0	2,1	3,2	2,6	1,9	1,9	2,3	3,5	1,7	1,3	1,0	1,0	1,0	1,1
Serviços	63,3	62,2	70,3	69,4	67,5	78,9	80,7	88,9	88,4	77,3	77,2	77,4	78,4	75,7
Comércio	14,7	13,7	13,5	14,9	9,6	10,6	10,6	7,8	13,9	14,5	12,2	6,9	7,8	7,4
Transportes	1,7	1,8	1,8	1,3	1,1	0,9	0,6	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8	1,0	1,0
Comunicações	1,1	0,7	1,2	1,1	1,1	0,4	0,5	0,8	1,4	1,2	1,3	1,8	2,0	2,4
Instituições Financeiras	7,3	5,1	10,3	8,5	8,7	4,5	10,4	16,1	16,0	3,5	2,3	2,0	1,9	1,9
Administração Pública	24,6	26,3	26,9	28,4	33,4	51,0	40,0	48,1	43,8	45,7	47,2	48,7	48,1	45,9
Aluguéis	3,2	4,1	5,4	3,6	3,0	4,5	10,0	7,5	5,1	5,0	6,8	9,7	10,1	9,8
Outros Serviços	10,7	10,5	11,2	11,5	10,6	7,0	8,6	8,2	7,8	6,8	6,6	7,5	7,6	7,4
Subtotal	107,5	104,8	110,2	108,5	108,7	104,5	109,8	115,3	115,4	103,2	101,9	101,6	101,6	101,6
<i>Dummy</i> Financeiro	(7,5)	(4,8)	(10,2)	(8,5)	(8,7)	(4,5)	(9,8)	(15,3)	(15,4)	(3,2)	(1,9)	(1,6)	(1,6)	(1,6)
PIB a Custo de Fatores	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação.

Evolução das Ocupações e do Emprego

A população residente em áreas urbanas ocupada em atividades não-agrícolas aumentou 3,0% ao ano no período 1992-99, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). As maiores taxas de crescimento foram registradas pela indústria da construção (13,1% a.a.) e serviços sociais (5,3%a.a.) Contudo, os ramos que empregam maiores contingentes são serviços sociais e o comércio de mercadorias (Tabela 7).

Observando-se os setores econômicos que apresentaram maior crescimento no número de ocupados, entre 1992 e 1999, destacam-se a construção civil (13,1%) e os serviços de saúde (11,2%) (Tabela 8). As ocupações que tiveram os maiores aumentos foram balconistas atendentes (13,3%) e ambulantes (4,9%). Com relação ao total de ocupados, sobressaem-se os serviços domésticos (12 mil) e os balconistas atendentes (9 mil) (Tabela 9).

Tabela 7

População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residente em Áreas Urbanas,
segundo Ramos de Atividade
Estado do Acre
1992-1998

Ramos de Atividade	Em 1.000 pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 (% a.a.)
Total	103	107	113	119	118	125	127	3,0 **
Indústria de Transformação	8	8	11	6	8	9	4	-5,7
Indústria da Construção	3	5	4	8	5	7	10	13,1 **
Outras Atividades Industriais	-	2	4	2	-	2	-	-
Comércio de Mercadorias	18	24	26	23	24	25	28	4,6 **
Prestação de Serviços	22	22	25	28	29	26	25	3,0 *
Serviços Auxiliares	3	3	2	2	3	4	4	3,9
Transporte ou Comunicação	4	-	2	5	4	6	6	-
Serviços Sociais	19	22	23	21	21	30	29	5,3 **
Administração Pública	20	17	14	19	20	14	18	-1,2
Outras Atividades	4	4	2	5	3	-	2	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.Janeiro/2000.

**,* indicam, respectivamente, 5% e 10% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Tabela 8
População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residente em Áreas Urbanas,
segundo Setores de Atividade - PEA restrita
Estado do Acre
1992-1998

Setores de Atividade	Em 1.000 pessoas								
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.	
Total	103	107	113	119	118	125	127	3,0	**
Estab. Ensino Público	13	13	12	13	12	20	16	4,0 *	
Emprego Doméstico	11	9	7	11	12	9	13	3,1	
Construção	3	5	4	8	5	7	10	13,1 **	
Comércio Alimentos	5	9	8	6	8	7	9	3,1	
Administração Estadual	10	7	6	5	5	5	8	-6,0	
Serviços de Saúde Pública	3	3	6	3	3	5	8	11,2 *	
Comércio Ambulante	3	6	9	4	5	3	7	1,8	
Transporte Público	-	-	-	2	-	4	4	-	
Restaurantes	3	3	7	4	4	5	4	4,6	
Administração Municipal	2	2	2	5	3	2	3	3,3	
Supermercados	-	-	-	-	2	-	2	-	
Comércio Vestuário	-	4	-	3	2	-	2	-	
Comércio Aparelhos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Alfaiataria	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inst. Militares - Exército	-	-	-	2	2	-	-	-	
Polícia Militar	-	-	-	-	2	-	-	-	
Indústria Alimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Comércio Combustíveis	-	-	-	-	-	3	-	-	
Ensino Privado	-	-	-	-	2	2	-	-	
Comércio Art. Transportes	2	-	-	-	-	-	-	-	
Comércio de Varejo	-	-	-	2	-	-	-	-	
Administração Federal	-	-	-	2	-	2	-	-	
Assist. Técnica – Verículos	-	3	-	2	2	3	-	-	
Serviços Jurídicos	-	-	-	-	-	-	-	-	
Polícia Civil	3	-	-	-	-	-	-	-	
Biscates	-	-	-	2	-	-	-	-	
Comércio Art Construção	-	-	-	2	-	2	-	-	
Lavanderia	2	-	-	3	-	-	-	-	
Agenc. de Mão de Obra	-	-	-	-	-	-	-	-	
Serviços Sociais	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sut-Total	61	65	61	78	72	79	86	4,8 **	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.Janeiro/2000.

**, * indicam, respectivamente, 5% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Tabela 9
População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residente em Áreas Urbanas,
segundo a Ocupação Principal - PEA restrita
Estado do Acre
1992-1998

Em 1.000 pessoas

Ocupação Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	103	107	113	119	118	125	127	3,0 *
Serviços Domesticos	10	9	7	10	12	9	12	3,4
Balconistas tendentes	3	6	6	9	8	9	9	13,3 *
Serviços Conta Própria	6	7	9	7	6	9	7	1,2
Ambulante - Outros	3	3	5	3	2	3	7	4,9
Diversos	7	2	3	3	2	3	6	-2,2
Pedreiro	-	2	2	3	2	3	5	-
Servente Faxineiro	-	4	5	4	3	4	5	-
Atendentes De Serviços	-	-	-	-	-	-	4	-
Profes. Prim Grau Inicial	5	-	5	4	4	6	4	-
Praça Militar	-	-	-	2	4	-	4	-
Motorista	5	3	3	4	3	5	4	0,1
Prof.Segundo Grau	-	2	-	-	2	3	3	-
Auxiliar Serv. Médico	-	-	3	-	-	-	3	-
Empregador - Comércio	-	3	2	2	3	4	3	-
Prof. Pre-Escolar	-	-	-	-	-	-	2	-
Ajudante Diversos	2	2	2	4	5	2	2	2,7
Ajudante Administrativo	2	4	3	4	3	3	2	-2,5
Assistentes Administr	4	4	-	4	5	-	2	-
Dirigente Adm Pública	-	2	2	-	-	-	-	-
Dirig Inst Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-
Técnico Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-
Costureiro Alfaiate	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajudante Mec Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Recebedor	-	-	-	-	-	-	-	-
Trocador De Onibus	-	-	-	-	-	-	-	-
Guarda - Vigia	-	-	-	-	-	-	-	-
Dirig Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-
Secretário Taquígrafo	-	-	-	-	-	-	-	-
Orientador Educacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Carpinteiro	-	3	-	-	2	3	-	-
Sub-total	47	56	56	63	68	67	81	6,5 *

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.Janeiro/2000.

* indica 5% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

No que diz respeito ao emprego formal, houve um crescimento de 34,4% no Estado, no período de 1986-97. Em 1997, o total de empregados no Acre (com vínculo) correspondem a pouco mais de 55 mil, alocados em cerca de 2,5 mil estabelecimentos, de acordo com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTb). Os setores que apresentaram maior crescimento foram agricultura, serviços e comércio (Tabela 10).

Em 1997, os setores com maior contingente de empregados no Estado eram administração pública direta e autarquia (29,6%), ensino (24,4%), serviços médicos (10,5%) e comércio varejista (8,9%) (Tabela 11).

A distribuição do pessoal ocupado no Estado, segundo o sexo, aponta uma participação de homens no total de ocupados superior a 65% em quase todos os setores: extração mineral (94,7%); construção civil (92,8%); serviços industriais de utilidade pública (83,9%); entre outros. A participação masculina é inferior à feminina somente no setor de serviços (35,0%) (Tabela 12).

Tabela 10
Estabelecimentos e Pessoal Ocupado, segundo Setores de Atividade Econômica
Estado do Acre
1986-1997

Setores de Atividade	1986		1997		1997/1986 (%)	
	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O
Total	1.042	41.071	2.592	55.217	148,8	34,4
Extrativa Mineral	1	14	8	19	700,0	35,7
Indústria de Transformação	116	1.445	244	2.662	110,3	84,2
Serviços Industriais de Utilidade Pública	20	966	7	793	(65,0)	(17,9)
Construção Civil	31	1.590	104	1.448	235,5	(8,9)
Comércio	490	2.716	1.112	5.734	126,9	111,1
Serviços	266	6.526	781	26.328	193,6	303,4
Administração Pública	104	27.687	84	16.324	(19,2)	(41,0)
Agricultura (inclusive Silvicultura, Criação Animais, Extração Vegetal e Pesca)	10	115	226	1.858	2160,0	1515,7
Outros	4	12	26	51	550,0	325,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTb.

Tabela 11
Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado, segundo Subsetores de Atividade
Estado do Acre
1986-1997

Subsetores de Atividade	Em porcentagem																
	1986		1990		1995		1997		1990/1986		1995 / 1990		1997 / 1995		1997 / 1986		
	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	Estab.	P O	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	17,5	12,7	42,8	4,1	48,3	14,7	148,8	34,4
Extrativa Mineral	0,1	0,0	0,3	0,1	0,3	0,1	0,3	0,0	300,0	292,9	25,0	(49,1)	60,0	(32,1)	700,0	35,7	
Indústria de Prod. Min. Não-Metálicos	1,5	0,3	1,6	0,6	1,4	1,0	1,0	1,0	18,8	107,6	26,3	71,0	12,5	21,3	68,8	330,5	
Indústria Metalúrgica	0,4	0,1	0,4	0,1	0,2	0,1	0,3	0,1	25,0	93,3	(20,0)	(48,3)	75,0	46,7	75,0	46,7	
Indústria Mecânica	0,2	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	33,3	(100,0)	(100,0)	-	-	(100,0)	(100,0)	
Ind. de Material Eletr. e de Comum.	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	(100,0)	(100,0)	-	-	-	-	0,0	(25,0)	
Indústria de Material de Transporte	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	57,1	0,0	(36,4)	100,0	14,3	100,0	14,3	
Indústria da Madeira e do Mobiliário	3,5	0,9	4,0	1,3	3,3	1,3	3,4	1,3	36,1	64,1	16,3	7,0	54,4	15,2	144,4	102,2	
Indústria do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	1,2	0,2	1,2	0,5	1,0	0,4	1,0	0,4	15,4	127,7	13,3	(17,0)	52,9	14,7	100,0	116,8	
Indústria de Borracha, Fumo etc.	1,1	0,8	0,9	0,6	0,3	0,0	0,2	0,1	0,0	(18,8)	(54,5)	(91,3)	20,0	139,1	(45,5)	(83,1)	
Indústria Química de Prod. Farm., Veter, Perf., Sabão	0,4	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1	0,2	0,3	(50,0)	(61,5)	0,0	160,0	200,0	279,5	50,0	279,5	
Ind. Têxtil do Vest., Arterf. de Tecidos	0,1	0,0	0,2	0,0	0,3	0,0	0,6	0,2	200,0	75,0	66,7	(4,8)	220,0	375,0	1500,0	691,7	
Indústria de Calçados	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	(100,0)	(100,0)	-	-	-	-	
Ind. Prod. Alim., Beb. e Álcool Etilico	2,6	1,1	2,8	1,3	3,0	1,4	2,5	1,5	25,9	40,4	55,9	10,6	22,6	18,8	140,7	84,4	
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1,9	2,4	1,3	2,9	0,3	1,5	0,3	1,4	(20,0)	38,9	(68,8)	(47,1)	40,0	11,7	(65,0)	(17,9)	
Construção Civil	3,0	3,9	4,3	3,4	3,8	2,2	4,0	2,6	71,0	0,2	26,4	(33,4)	55,2	36,5	235,5	(8,9)	
Comércio Varejista	41,8	5,7	37,7	6,1	35,2	7,4	37,9	8,9	6,0	21,2	33,3	25,4	59,6	38,5	125,5	110,5	
Comércio Atacadista	5,2	0,9	5,1	1,0	6,6	1,4	5,0	1,4	16,7	18,9	84,1	51,9	11,2	19,1	138,9	115,1	
Instituições de Crédito, Seguros	4,2	3,7	3,8	3,3	3,0	2,4	2,2	1,7	6,8	1,1	12,8	(24,6)	7,5	(20,3)	29,5	(39,2)	
Com. Adm. Imov., Val. Mov., Serviços Técnicos Prof. etc.	5,0	1,1	6,8	2,1	4,5	3,0	4,5	2,6	59,6	117,6	(6,0)	49,9	50,0	(2,8)	125,0	217,2	
Transportes e Comunicações	4,4	3,4	2,8	2,6	4,7	2,8	4,0	3,7	(26,1)	(14,6)	144,1	14,4	25,3	50,2	126,1	46,7	
Serviços Aloj., Alim., Rep. Manut. Red., Radio, TV	10,2	7,1	12,0	6,6	11,3	4,9	12,2	4,8	38,7	4,7	34,0	(22,1)	60,4	12,1	198,1	(8,6)	
Serviços Médicos, Odont. e Veterin. Ensino	1,2	0,4	2,0	0,6	3,3	10,8	4,7	10,5	92,3	64,1	132,0	1793,4	108,6	11,8	830,8	3371,9	
Admin. Pública Direta e Autarquia	0,5	0,2	0,6	0,4	1,5	26,2	2,5	24,4	40,0	90,4	271,4	6949,2	153,8	6,9	1220,0	14244,7	
Agricultura, Silvíc., Criação Animais	10,0	67,4	3,5	61,9	3,9	28,6	3,2	29,6	(58,7)	3,5	58,1	(51,9)	23,5	18,3	(19,2)	(41,0)	
Outros	1,0	0,3	2,0	0,5	6,5	3,4	8,7	3,4	140,0	90,4	375,0	642,9	98,2	14,2	2160,0	1515,7	
Outros	0,4	0,0	6,0	4,0	5,4	1,0	1,0	0,1	1750,0	15300,0	27,0	(74,8)	(72,3)	(89,1)	550,0	325,0	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTb.

Tabela 12
Estabelecimentos e Empregados, por Sexo, segundo Setores de Atividade
Estado do Acre
1997

Setores de Atividade	Estabelecimentos	Empregados			Homens/ Mulheres
		Total	Homens (%)	Mulheres (%)	
Total	2.592	55.217	50,2	49,8	1,0
Extração Mineral	8	19	94,7	5,3	18,0
Indústria de Transformação	244	2.662	85,2	14,8	5,8
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7	793	83,9	16,1	5,2
Construção Civil	104	1.448	92,8	7,2	12,9
Comércio	1.112	5.734	69,3	30,7	2,3
Serviços	781	26.329	35,0	65,0	0,5
Administração Pública	84	16.324	54,0	46,0	1,2
Agropecuária	226	1.857	73,7	26,3	2,8
Outros / Ignorado	26	51	56,9	43,1	1,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTb.

Tabela 13
Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado, por Regiões Seleccionadas, segundo
Subsetores de Atividade
Estado do Acre
1997

Subsetores de Atividade	Em porcentagem					
	Rio Branco		Interior do Estado		Total	
	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO
Total	78,4	90,7	21,6	9,3	100,0	100,0
Extrativa Mineral	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Indústria de Produtos Minerais Não-Metálicos	77,8	91,5	22,2	8,5	100,0	100,0
Indústria Metalúrgica	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Indústria Mecânica	-	-	-	-	100,0	100,0
Indústria de Material Elétrico de Comunicação	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Indústria do Material de Transporte	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Indústria da Madeira e do Mobiliário	63,6	76,5	36,4	23,5	100,0	100,0
Indústria do Papel, Papelão, Editoração e Gráfica	96,2	100,0	3,8	0,0	100,0	100,0
Indústria de Borracha, Fumo, Couros, Peles, Sim., Ind. Diversas	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Indústria Química de Prod. Farm., Veter., Perf., Sabão	66,7	26,4	33,3	73,6	100,0	100,0
Indústria Têxtil do Vestuário e Artefatos de Tecidos	75,0	54,7	25,0	45,3	100,0	100,0
Indústria de Calçados	-	-	-	-	100,0	100,0
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etílico	75,4	94,8	24,6	5,2	100,0	100,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	100,0	100,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Construção Civil	86,5	95,4	13,5	4,6	100,0	100,0
Comércio Varejista	78,9	86,8	21,1	13,2	100,0	100,0
Comércio Atacadista	82,9	84,7	17,1	15,3	100,0	100,0
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	63,2	80,4	36,8	19,6	100,0	100,0
Com. Adm. Imov., Val. Mov., Serviços Tec. Prof. etc.	84,6	97,0	15,4	3,0	100,0	100,0
Transportes e Comunicações	69,2	92,3	30,8	7,7	100,0	100,0
Serviços de Aloj., Alim., Rep. Manut. Red., Rádio, TV	82,0	89,3	18,0	10,7	100,0	100,0
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	90,1	99,4	9,9	0,6	100,0	100,0
Ensino	86,4	99,0	13,6	1,0	100,0	100,0
Administração Pública Direta e Autarquia	67,9	82,5	32,1	17,5	100,0	100,0
Agricultura, Silvic., Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	70,4	90,5	29,6	9,5	100,0	100,0
Outros	53,8	58,8	46,2	41,2	100,0	100,0

Fonte: Rais. Ministério do Trabalho e Emprego – MTb.

A regionalização proposta pela Paer compreende a capital (Rio Branco) e o interior do Estado. A distribuição de pessoal ocupado apresenta concentração, em Rio Branco, em quase todos os setores, respondendo por mais de 65% do total de pessoal ocupado (Tabela 13).

No que se refere às mesorregiões, destaca-se a absoluta concentração de pessoal ocupado no Vale do Acre (que inclui a capital), com mais de 80% em todos os setores

(Tabela 14). Quanto aos municípios, Rio Branco detém 88,8% do total de empregados (emprego formal) do Estado, seguido por Cruzeiro do Sul, com 3,3% (Tabela15).

Tabela 14
 Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado, por Setor de Atividade, segundo as Mesorregiões
 Estado do Acre
 1997

Mesorregiões	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais de Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros/ Ignorado		Total	
	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Vale Juruá	0,0	0,0	15,2	5,6	0,0	0,0	8,7	3,7	12,0	9,9	10,5	2,2	16,7	10,7	15,5	5,4	30,8	25,5	12,3	5,8
Vale do Acre	100,0	100,0	84,8	94,4	100,0	100,0	91,3	96,3	88,0	90,1	89,5	97,8	83,3	89,3	84,5	94,6	69,2	74,5	87,7	94,2

Fonte: Rais. Ministério do Trabalho e Emprego – MTb.

Tabela 15
Distribuição dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado, por Setor de Atividade, segundo Municípios Seleccionados
Estado do Acre
1997

Municípios	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais de Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros/ Ignorado		Total	
	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO	Estab.	PO
Rio Branco	100,0	100,0	68,4	80,4	71,4	93,1	83,7	95,0	76,3	84,8	79,9	79,2	56,0	79,2	60,6	88,4	34,6	45,1	74,6	88,8
Cruzeiro do Sul	0,0	0,0	10,7	3,9	0,0	0,0	5,8	2,3	8,4	7,5	8,2	4,4	3,6	4,4	10,2	4,0	3,8	3,9	8,3	3,3
Tarauaca	0,0	0,0	3,3	1,3	0,0	0,0	1,9	0,9	1,7	1,7	1,0	2,0	2,4	2,0	4,4	1,3	15,4	11,8	2,0	1,0
Sena Madureira	0,0	0,0	2,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	3,1	0,9	1,4	2,1	2,4	2,1	5,3	2,3	0,0	0,0	2,5	0,9
Santa Rosa	0,0	0,0	3,3	6,5	0,0	0,0	2,9	0,8	1,9	1,5	3,6	0,3	2,4	0,3	0,4	0,2	11,5	9,8	2,5	0,8
Senador Guimard	0,0	0,0	2,5	2,0	28,6	6,9	0,0	0,0	1,3	0,6	0,3	1,0	2,4	1,0	3,5	0,6	15,4	11,8	1,5	0,6
Xapuri	0,0	0,0	2,0	1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,2	1,2	1,5	1,2	1,5	2,2	0,4	3,8	5,9	1,0	0,6
Feijó	0,0	0,0	0,4	0,1	0,0	0,0	1,0	0,5	1,5	0,6	0,8	1,6	1,2	1,6	0,0	0,0	7,7	7,8	1,1	0,6
Brasiléia	0,0	0,0	2,0	0,8	0,0	0,0	1,0	0,0	1,4	0,5	1,3	1,3	2,4	1,3	4,4	1,1	0,0	0,0	1,7	0,6

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTb.

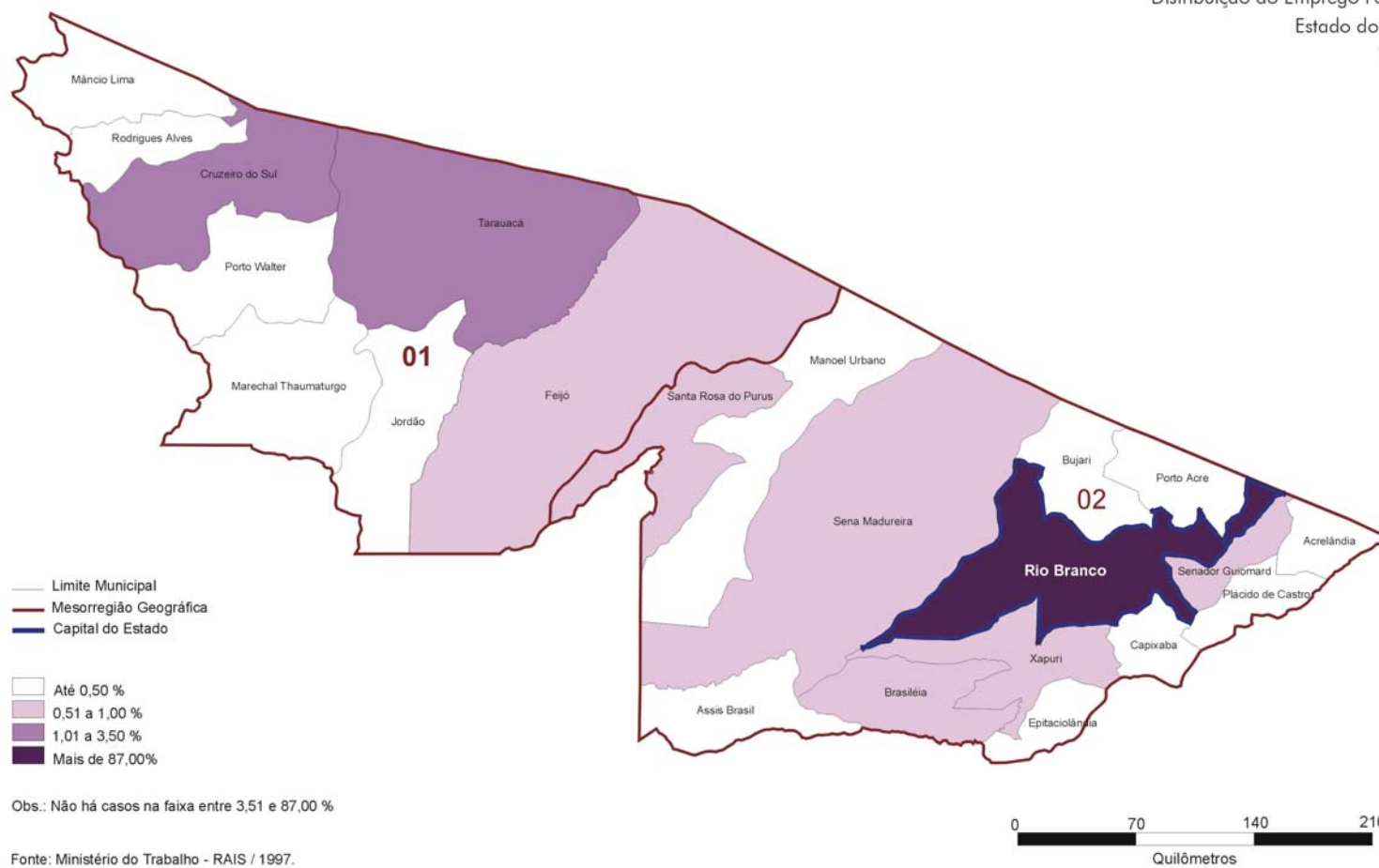
Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 3

Distribuição do Emprego Formal

Estado do Acre

1997



População

Segundo dados do IBGE – Contagem Populacional, a população do Acre, em 1996, era de 480 mil habitantes (0,31 % da população do país), distribuídos em 22 municípios, dez dos quais implantados em 1993. O grau de urbanização, que em 1970 era inferior a 30%, passou para 44% em 1980, para 62% em 1991 e atingiu 65% em 1996. No entanto, dos 22 municípios do Estado, apenas sete possuíam grau de urbanização superior a 50%.

A organização espacial do Estado do Acre tem forte herança do período de auge da economia da borracha. A estruturação dos núcleos urbanos, no entanto, é profundamente marcada pelas transformações de fronteira, desde os anos 70.

Dadas suas características geográficas, constata-se uma separação entre as duas mesorregiões. Na mesorregião 1, Vale do Juruá, os municípios articulam-se em torno de Cruzeiro do Sul, que estende sua área de influência até municípios do Estado do Amazonas, compondo um eixo de comércio que vai até Manaus. Influenciam na definição dessas articulações, as possibilidades de transportes restritas ao transporte fluvial – Bacias do Juruá e do Tarauacá. O conjunto de municípios da mesorregião 2, Vale do Acre, subordina-se de forma mais efetiva à capital, Rio Branco, que tem funcionado como nó de uma articulação da região com a região Sudeste. Diante da inexistência de pólos de produção industrial intermediários, no eixo do sistema rodoviário de articulação nacional forma-se o comércio entre a região polarizada por Rio Branco e a região Sudeste³.

Em 1996, o Estado contava com apenas cinco municípios com população superior a 20 mil habitantes, onde moravam 73,36% da sua população.

³ Nesur-IE/Unicamp. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Relatórios 4 e 6. Campinas, junho de 1998.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 4
População Total
Estado do Acre
1996

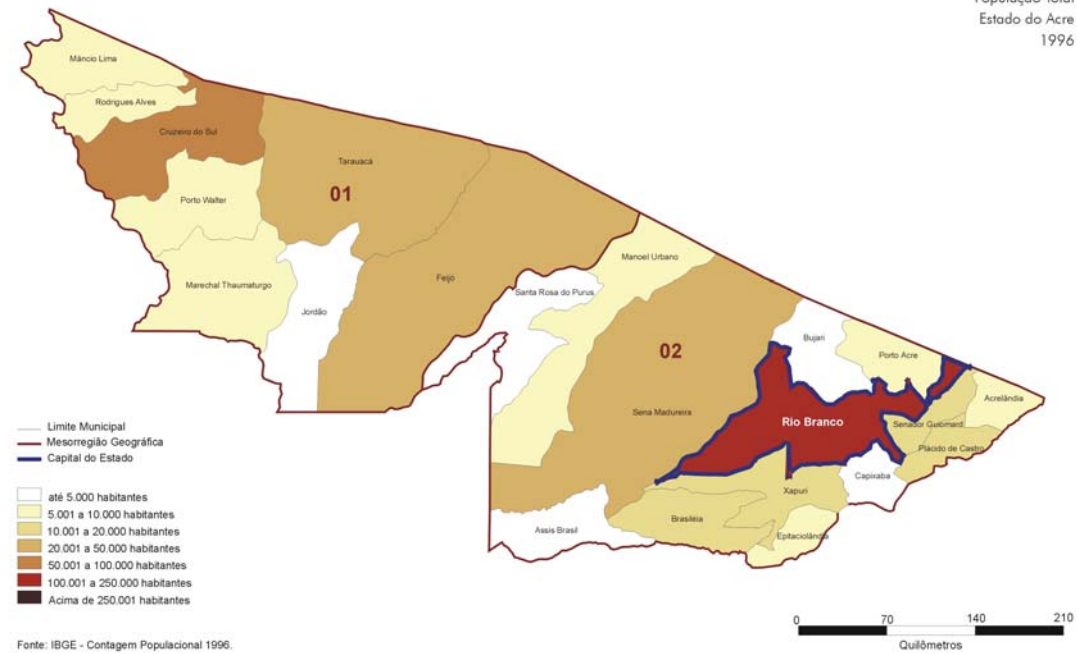


Tabela 16
 Número de Municípios e Distribuição da População, segundo Classes de Tamanho de Município
 Estado do Acre
 1980-1996

Classes de Tamanho de Municípios	1980				1991				1996			
	Municípios		População Total		Municípios		População Total		Municípios		População Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	12	100,00	301.303	100,00	12	100,00	417.718	100,00	22	100,00	483.593	100,00
Até 5 Mil Habitantes	1	8,33	1.360	0,45	1	8,33	2.917	0,70	5	22,73	15.532	3,21
De 5 Mil a 10 Mil Habitantes	4	33,33	32.275	10,71	1	8,33	5.327	1,28	8	36,36	60.260	12,46
De 10 Mil a 20 Mil Habitantes	3	25,00	48.172	15,99	5	41,67	73.376	17,57	4	18,18	53.052	10,97
De 20 Mil a 50 Mil Habitantes	2	16,67	51.916	17,23	3	25,00	72.119	17,26	3	13,64	69.187	14,31
De 50 Mil a 100 Mil Habitantes	1	8,33	50.477	16,75	1	8,33	66.603	15,94	1	4,55	56.705	11,73
De 100 Mil a 500 Mil Habitantes	1	8,33	117.103	38,87	1	8,33	197.376	47,25	1	4,55	228.857	47,32
Mais que 500 Mil Habitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Os dois maiores municípios, que abrigavam 59% da população estadual eram Rio Branco, a capital do Estado, com 228.857 habitantes, e Cruzeiro do Sul, com 56.705 habitantes, sendo o primeiro com um grau de urbanização de 87,9% e o segundo com 57,5%. Os outros três municípios importantes em termos populacionais eram Tarauacá, Sena Madureira e Feijó (Tabela 17).

O Acre tem crescido a taxas superiores às nacionais: 3,01% a.a., entre 1980 e 1991, e 3,02% a.a. de 1991 a 1996, contra 1,93% e 1,36% a.a. do país, nos dois períodos, respectivamente. O crescimento da população urbana foi de 6,29% a.a. nos anos 80, enquanto a rural registrou redução de 0,55% a.a.. No período seguinte, a população urbana cresceu a 4,12% a.a. e a rural a 1,14% a.a.

Tabela 17
População Total, Taxas de Crescimento e Grau de Urbanização
Estado do Acre, Mesorregiões Geográficas e Principais Municípios
1980-1996

Estado e Municípios	População			Taxas Crescimento (%)		Grau de Urbanização (%)	
	1980	1991	1996	80/91	91/96	1991	1996
Estado do Acre	301.303	417.718	483.593	3,01	3,02	61,89	65,19
Mesorregião 01 - Vale do Juruá	105.782	122.248	137.390	1,32	2,40	39,38	45,53
Cruzeiro do Sul	50.477	66.603	56.705	2,55	-3,22	41,82	57,59
Tarauacá	28.358	27.659	23.715	-0,23	-3,08	34,59	48,01
Feijó	19.571	17.769	22.142	-0,87	4,58	40,24	44,01
Mesorregião 02 - Vale do Acre	195.521	295.470	346.203	3,82	3,28	71,20	73,00
Rio Branco	117.103	197.376	228.857	4,86	3,06	85,46	87,98
Sena Madureira	23.558	24.197	23.330	0,24	-0,74	42,85	52,76
Senador Guiomard	9.709	17.489	14.280	5,50	-4,04	36,04	45,18
Brasiléia	13.909	20.263	13.955	3,48	-7,31	57,03	52,24
Xapuri	14.692	12.366	12.716	-1,55	0,57	41,02	48,44
Plácido de Castro	9.249	15.535	12.101	4,83	-4,95	27,89	31,96

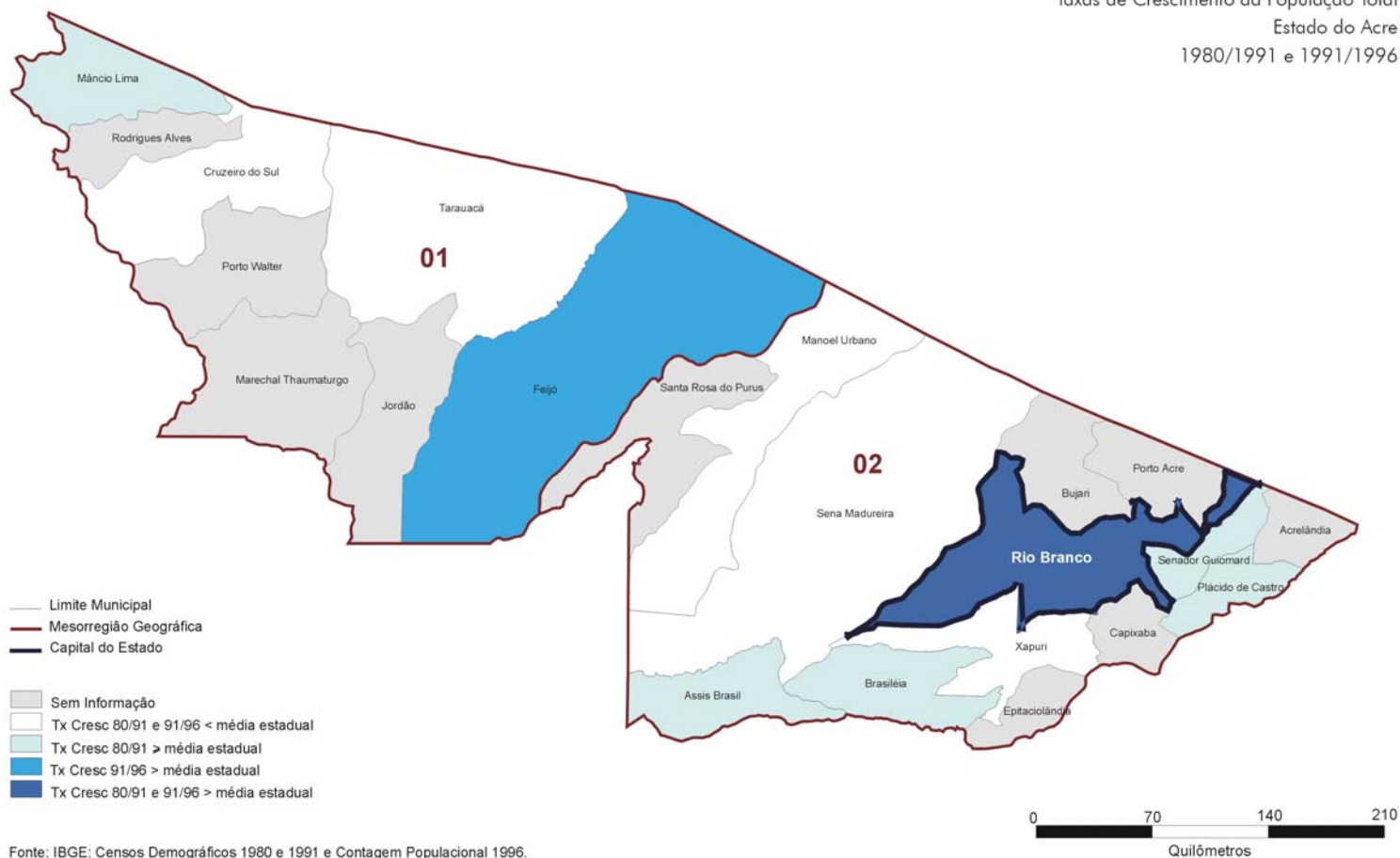
Fonte: Fundação IBGE. Contagem Populacional 1996; Fundação Seade.

Nos anos 80, apenas seis municípios cresceram a taxas superiores à média estadual e quatro registraram taxas negativas. Todos os municípios, entretanto, apresentaram crescimento da população urbana com taxas variando entre 3,01% e 15,76% a.a. (Anexo).

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 5

Taxas de Crescimento da População Total
Estado do Acre
1980/1991 e 1991/1996



No período 1991-96 apenas Rio Branco e Feijó tiveram taxas de crescimento da população total superiores à média estadual e outros três municípios registraram taxas positivas. Todos os demais perderam população total. Com exceção de Feijó, todos os municípios perderam população rural, mas, ainda assim, em 1996, Na maioria dos municípios do Estado, predominava a população rural.

No Acre, predominam os homens, que compreendem 50,55% da população total, enquanto as mulheres são maioria no meio urbano (Anexo).

Tabela 18
Distribuição da População, por Sexo, segundo Mesorregiões
Estado do Acre
1996

Estado e Mesorregiões	Homens	Mulheres
Estado do Acre	50,55	49,45
Mesorregião 01		
Vale do Juruá	51,11	48,89
Mesorregião 02		
Vale do Acre	50,33	49,67

Fonte: Fundação IBGE – Contagem Populacional 1996; Fundação Seade.

Perfil Educacional

A análise da situação educacional do Estado do Acre fundamenta-se nos indicadores de instrução da população (taxa de analfabetismo para 1991 e 1995), de escolarização (taxa líquida de escolarização para 1991 e 1998) e de acesso ao sistema e permanência na escola (matrículas por nível de ensino e dependência administrativa em 1998 e variações das matrículas por nível de ensino, entre 1991 e 1998, e dos concluintes entre, 1990 e 1997).

Para dimensionar as dificuldades de acesso ao sistema e de permanência da criança e do adolescente na escola, foram utilizados dados sobre a população analfabeta e a taxa de analfabetismo do grupo de idade de 11 a 14 anos, em 1991. Segundo a Unesco, é neste grupo que devem ser mensurados o contingente de analfabetos e o nível de analfabetismo entre crianças e adolescentes que já deveriam estar freqüentando a 5ª série do ensino fundamental, sendo capazes de realizar operações numéricas simples.

O contingente de analfabetos e a taxa de analfabetismo entre os jovens – população-alvo da educação profissional – podem ser visualizados através dos indicadores desagregados por grupos de idade de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos

e 15 a 24 anos, disponíveis para Estados e Regiões nos anos de 1991 e 1995. É importante ressaltar que os dados sobre o Acre e todos os Estados da Região Norte (exceto Tocantins), em 1995, limitam-se apenas à população urbana, pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD não investiga as características da população rural residente.

Em 1991, as taxas de analfabetismo da população do Estado do Acre, nos grupos de 11 a 14 anos (33%), de 15 a 19 anos (26%), de 15 a 24 anos (27%) e de 15 anos e mais (35%) estavam acima das registradas para a Região Norte e, com exceção do grupo de 15 anos e mais, representavam mais que o dobro das observadas para o Brasil (16% para as pessoas de 11 a 14 anos e 12% para os outros dois grupos de idade).

As taxas de analfabetismo da população urbana, registradas em 1995, ainda eram maiores que as da Região Norte e do Brasil. Enquanto o Acre, para os grupos de 15 a 19 anos, de 15 a 24 anos, de 20 a 24 anos e 15 anos e mais apresentava as taxas de 7%, 6%, 6% e 16%, respectivamente, a Região Norte e o Brasil tinham taxas semelhantes, 4%, 4%, 5%, e 12%.

Comparando-se as taxas da população urbana, entre 1991 e 1995, nota-se que o analfabetismo diminuiu quase 50% em todos os grupos etários, com exceção do grupo de 15 anos e mais, que decresceu 27%.

A análise desses indicadores por situação de domicílio e sexo, elaborada para o país, neste mesmo período, apresentou taxas de analfabetismo das mulheres de 15 a 19 anos, 15 a 24 anos e 15 anos e mais, cinco pontos percentuais menores em cada um dos grupos de idade, sendo que as reduções mais significativas ocorreram entre a população rural – de 8% a 10% –, que já apresentava elevado analfabetismo. Na Região Norte, o segmento feminino registrou queda acentuada com variação uniforme, cerca de 10% em todas as faixas etárias.

No Estado do Acre, entretanto, não foi possível se fazer essa análise comparativa pela indisponibilidade de dados da população residente na zona rural.

Tabela 19

População Total, População Não-Alfabetizada e Taxa de Analfabetismo, por Situação do Domicílio e Sexo, segundo Grupos de Idade
Brasil, Região Norte e Estado do Acre
1991-1995

Grupos de Idade	População Total					População Não-Alfabetizada					Taxa de Analfabetismo				
	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
1991															
Brasil															
11 a 14 Anos	13.440.733	9.768.687	3.672.046	2.160.720	872.862	1.287.858	16,1	8,9	35,1
15 a 19 Anos	15.017.472	11.157.641	3.859.831	7.460.490	7.556.982	1.810.236	756.558	1.053.678	1.127.382	682.854	12,1	6,8	27,3	15,1	9,0
20 a 24 Anos	13.564.878	10.485.477	3.079.401	6.712.435	6.852.443	1.652.047	766.266	885.781	935.263	716.784	12,2	7,3	28,8	13,9	10,5
15 a 24 Anos	28.582.350	21.643.118	6.939.232	14.172.925	14.409.425	3.462.283	1.522.824	1.939.459	2.062.645	1.399.638	12,1	7,0	28,0	14,6	9,7
15 Anos e Mais	95.837.043	74.443.693	21.393.350	46.683.696	49.153.347	19.233.239	10.561.449	8.671.790	9.266.587	9.966.652	20,1	14,2	40,5	19,8	20,3
Região Norte															
11 a 14 Anos	1.077.617	634.342	443.275	246.517	79.124	167.393	22,9	12,5	37,8
15 a 19 Anos	1.138.988	699.398	439.590	568.634	570.354	170.313	51.346	118.967	101.384	68.929	15,0	7,3	27,1	17,8	12,1
20 a 24 Anos	933.693	575.872	357.821	471.146	462.547	148.951	46.555	102.396	83.078	65.873	16,0	8,1	28,6	17,6	14,2
15 a 24 Anos	2.072.681	1.275.270	797.411	1.039.780	1.032.901	319.264	97.901	221.363	184.462	134.802	15,4	7,7	27,8	17,7	13,1
15 Anos e Mais	5.763.395	3.525.262	2.238.133	2.936.839	2.826.556	1.420.268	558.250	862.018	736.143	684.125	24,6	15,8	38,5	25,1	24,2
Acre															
11 a 14 Anos	46.528	27.880	18.648	15.188	4.220	10.968	32,6	15,1	58,8
15 a 19 Anos	47.148	30.189	16.959	23.295	23.853	12.325	3.611	8.714	7.120	5.205	26,1	12,0	51,4	30,6	21,8
20 a 24 Anos	38.288	25.058	13.230	19.110	19.178	10.685	3.425	7.260	5.916	4.769	27,9	13,7	54,9	31,0	24,9
15 a 24 Anos	85.436	55.247	30.189	42.405	43.031	23.010	7.036	15.974	13.036	9.974	26,9	12,7	52,9	30,7	23,2
15 Anos e Mais	233.451	152.738	80.713	118.420	115.031	81.224	33.158	48.066	43.771	37.453	34,8	21,7	59,6	37,0	32,6
1995															
Brasil															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	15.778.383	12.410.258	3.368.125	7.988.596	7.789.787	1.077.149	502.520	574.629	745.401	331.748	6,8	4,0	17,1	9,3	4,3
20 a 24 Anos	13.005.748	10.518.256	2.487.492	6.435.482	6.570.266	981.078	486.302	494.776	611.664	369.414	7,5	4,6	19,9	9,5	5,6
15 a 24 Anos	28.784.131	22.928.514	5.855.617	14.424.078	14.360.053	2.058.227	988.822	1.069.405	1.357.065	701.162	7,2	4,3	18,3	9,4	4,9
15 Anos e Mais	103.326.410	83.258.120	20.068.290	49.778.637	53.547.773	16.087.456	9.521.317	6.566.139	7.693.168	8.394.288	15,6	11,4	32,7	15,5	15,7
Região Norte															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	848.017	810.352	37.665	402.858	445.159	33.909	28.023	5.886	21.401	12.508	4,0	3,5	15,6	5,3	2,8
20 a 24 Anos	664.540	637.922	26.618	327.118	337.422	34.109	29.446	4.663	20.668	13.441	5,1	4,6	17,5	6,3	4,0
15 a 24 Anos	1.512.557	1.448.274	64.283	729.976	782.581	68.018	57.469	10.549	42.069	25.949	4,5	4,0	16,4	5,8	3,3
15 Anos e Mais	4.471.607	4.259.655	211.952	2.158.914	2.312.693	595.206	527.892	67.314	292.043	303.163	13,3	12,4	31,8	13,5	13,1
Acre															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	39.470	39.470	...	18.766	20.704	2.587	2.587	...	1.295	1.292	6,6	6,6	...	6,9	6,2
20 a 24 Anos	25.871	25.871	...	11.320	14.551	1.618	1.618	...	1.295	323	6,3	6,3	...	11,4	2,2
15 a 24 Anos	65.341	65.341	...	30.086	35.255	4.205	4.205	...	2.590	1.615	6,4	6,4	...	8,6	4,6
15 Anos e Mais	184.711	184.711	...	85.401	99.310	29.120	29.120	...	14.239	14.881	15,8	15,8	...	16,7	15,0

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

(...) Dado não disponível.

A taxa líquida de escolarização – relação entre o número de alunos na faixa etária adequada matriculados em determinado nível de ensino e a população nesta mesma faixa etária –, para o Acre, em 1991, foi de 24% para a pré-escola, de 74% para o ensino fundamental e de 10% para o ensino médio. Com exceção da taxa referente ao ensino médio, as outras são inferiores às observadas para a Região Norte para o Brasil.

Entre 1991 e 1998, a taxa de escolarização do ensino fundamental no Acre, partindo de um patamar inferior ao da Região e ao do país, cresceu 16%, acompanhando o movimento de elevação das taxas nacionais, e atingiu o mesmo valor registrado para a Região Norte (90%). No ensino médio, apesar de o Estado ter apresentado crescimento de 8%, a taxa ainda encontrava-se aquém da nacional, que cresceu 13% no mesmo período.

Tabela 20
Taxas Líquidas de Escolarização, por Nível de Ensino
Brasil, Região Norte e Estado do Acre
1991-1998

Regiões	Em porcentagem					
	Educação Pré-Escolar		Ensino Fundamental		Ensino Médio (1)	
	1991	1998	1991	1998	1991	1998
Brasil	34,7	...	86,1	95,3	17,7	30,8
Região Norte	26,2	...	79,2	90,4	9,8	15,2
Acre	24,1	...	74,2	89,8	10,3	18,3

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

(1) As faixas etárias utilizadas para o cálculo da taxa líquida de escolarização do ensino médio foram 15 a 19 anos, em 1991, e 15 a 17 anos em 1998.

A distribuição das matrículas por nível de ensino e dependência administrativa, no Acre, indica que, em 1998, a rede federal participava, com menos de 1% da pré-escola, do ensino fundamental e do médio.

A rede estadual mantinha 60% dos alunos da pré-escola, 63% do ensino fundamental e 89% do ensino médio, enquanto a rede particular participava com 15%, 5% e 8%, respectivamente. Já a rede municipal respondia por 25%, 31% e 2% das matrículas daqueles três níveis de ensino.

Entre 1991 e 1998, as matrículas na pré-escola registraram aumento de 49% no Estado, 20% na Região Norte e queda de 7% no Brasil. No período 1996-98, verifica-se crescimento de 13% no Estado, decréscimo de 21% na Região e de 14% no Brasil.

É interessante notar que, no Acre a implantação, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, que modifica o financiamento da educação ao vincular constitucionalmente recursos ao ensino fundamental que poderiam estar sendo destinados à pré-escola, não alterou significativamente o atendimento a esse nível de ensino que, entre 1996-98, apresentou crescimento de 13%, sendo 6% nas matrículas da rede municipal e 15% nas da rede estadual. Na Região Norte e no Brasil, neste mesmo período, as matrículas diminuíram 21% e 14%, respectivamente, sugerindo a relação entre a queda das matrículas com a redução do ritmo de crescimento da faixa etária demandatória desse nível de ensino e a implantação do Fundef em 1998.

O aumento de 57% no total de matrículas do ensino fundamental, para o período 1991-98, acompanhado do crescimento de 183% no número de concluintes, entre 1990 e 1997, percentual 72% e 80% superior aos valores registrados, respectivamente, para a Região Norte e para o país, aponta para o sucesso do Estado na implementação de políticas de acesso e de combate ao fracasso escolar, uma vez que, em 1991, era baixa a taxa de escolarização do ensino fundamental (74%) e elevada a taxa de analfabetismo da população de 11 a 14 anos (33%).

No período 1991-98, já era possível observar o incipiente movimento de municipalização do ensino fundamental a partir da transferência das matrículas da rede estadual para a municipal que apresentou crescimento de 113%, enquanto a estadual cresceu 41%.

Observa-se, no entanto, que o impacto do Fundef, no aumento, ou na transferência dessas matrículas da rede estadual para a municipal não foi significativo, pois, entre 1996 e 1998, a rede estadual cresceu 13% e a municipal 17%.

Para o ensino médio, verificou-se, no período 1991-98, elevado crescimento (176%) no número de matrículas no Estado do Acre, percentual cerca de duas vezes superior àqueles registrados, respectivamente, na Região Norte e no país. O total de concluintes, por sua vez, cresceu 308%, entre 1990 e 1997, encontrando-se num patamar duas e três vezes superior àqueles observados, respectivamente, na Região Norte e no Brasil.

O total de matrículas nos cursos presenciais de jovens e adultos, entre 1995 e 1998, aumentou 101%. A rede pública, que em 1995 respondia por 97% dos alunos, registrou aumento de 107% entre 1995-98, totalizando neste último ano, 29.737 alunos. A rede particular que atendia 459 alunos em 1995, diminuiu suas matrículas atendendo, em 1998, apenas 52 alunos.

Esse crescimento da oferta de matrículas, nessa modalidade de ensino na rede pública, e o expressivo aumento nas matrículas do ensino médio mostram-se, no entanto, insuficientes para resolver os graves problemas no atendimento à população jovem, confirmados pela baixíssima taxa de escolarização obtida pelo Estado em 1998.

Tabela 21
Matrículas e Variação, segundo Níveis de Ensino e Dependência Administrativa
Brasil, Região Norte e Estado do Acre
1991-1998

Níveis de Ensino	Dependência Administrativa	1991		1996		1998		Variação (%)	
		Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	91/98	96/98
Brasil									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	5.283.894	100,0	5.714.303	100,0	4.917.408	100,0	-6,9	-14,0
	Federal	17.240	0,3	6.254	0,1	2.585	0,1	-85,0	-58,7
	Estadual	1.209.937	22,9	997.723	17,5	461.663	9,4	-61,8	-53,7
	Municipal	2.742.849	51,9	3.446.725	60,3	3.209.918	65,3	17,0	-6,9
	Particular	1.313.868	24,9	1.263.601	22,1	1.243.242	25,3	-5,4	-1,6
Ensino Fundamental	Total	29.203.724	100,0	33.131.270	100,0	35.792.554	100,0	22,6	8,0
	Federal	95.536	0,3	33.564	0,1	29.181	0,1	-69,5	-13,1
	Estadual	16.716.816	57,2	18.468.772	55,7	17.266.355	48,2	3,3	-6,5
	Municipal	8.773.360	30,0	10.921.037	33,0	15.113.669	42,2	72,3	38,4
	Particular	3.618.012	12,4	3.707.897	11,2	3.383.349	9,5	-6,5	-8,8
Ensino Médio	Total	3.770.230	100,0	5.739.077	100,0	6.968.531	100,0	84,8	21,4
	Federal	103.092	2,7	113.091	2,0	122.927	1,8	19,2	8,7
	Estadual	2.472.757	65,6	4.137.324	72,1	5.301.475	76,1	114,4	28,1
	Municipal	176.769	4,7	312.143	5,4	317.488	4,6	79,6	1,7
	Particular	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
Região Norte									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	369.968	100,0	561.218	100,0	443.743	100,0	19,9	-20,9
	Federal	8.368	2,3	794	0,1	886	0,2	-89,4	11,6
	Estadual	121.494	32,8	210.403	37,5	126.940	28,6	4,5	-39,7
	Municipal	168.511	45,5	280.231	49,9	244.663	55,1	45,2	-12,7
	Particular	71.595	19,4	69.790	12,4	71.254	16,1	-0,5	2,1
Ensino Fundamental	Total	2.246.339	100,0	2.820.531	100,0	3.207.880	100,0	42,8	13,7
	Federal	63.597	2,8	6.912	0,2	5.734	0,2	-91,0	-17,0
	Estadual	1.291.817	57,5	1.730.116	61,3	1.587.153	49,5	22,9	-8,3
	Municipal	742.541	33,1	926.204	32,8	1.466.610	45,7	97,5	58,3
	Particular	148.384	6,6	157.299	5,6	148.383	4,6	0,0	-5,7
Ensino Médio	Total	202.544	100,0	371.454	100,0	450.787	100,0	122,6	21,4
	Federal	13.846	6,8	10.212	2,7	7.290	1,6	-47,3	-28,6
	Estadual	156.866	77,4	318.904	85,9	396.169	87,9	152,6	24,2
	Municipal	2.637	1,3	5.390	1,5	4.500	1,0	70,6	-16,5
	Particular	29.195	14,4	36.948	9,9	42.828	9,5	46,7	15,9
Acre									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	10.272	100,0	13.532	100,0	15.274	100,0	48,7	12,9
	Federal	-	-	62	0,5	51	0,3	-	-17,7
	Estadual	6.471	63,0	7.983	59,0	9.157	60,0	41,5	14,7
	Municipal	2.088	20,3	3.623	26,8	3.841	25,1	84,0	6,0
	Particular	1.713	16,7	1.864	13,8	2.225	14,6	29,9	19,4
Ensino Fundamental	Total	89.198	100,0	123.620	100,0	140.176	100,0	57,2	13,4
	Federal	374	0,4	296	0,2	281	0,2	-24,9	-5,1
	Estadual	62.694	70,3	78.185	63,2	88.665	63,3	41,4	13,4
	Municipal	20.512	23,0	37.378	30,2	43.752	31,2	113,3	17,1
	Particular	5.618	6,3	7.761	6,3	7.478	5,3	33,1	-3,6
Ensino Médio	Total	7.305	100,0	15.247	100,0	20.186	100,0	176,3	32,4
	Federal	-	-	132	0,9	128	0,6	-	-3,0
	Estadual	6.645	91,0	13.276	87,1	18.034	89,3	171,4	35,8
	Municipal	89	1,2	406	2,7	394	2,0	342,7	-3,0
	Particular	571	7,8	1.433	9,4	1.630	8,1	185,5	13,7

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 22
Concluintes e Variação, por Nível de Ensino
Brasil, Região Norte e Estado do Acre
1990-1997

Regiões	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	1990	1997	Variação 90/97 (%)	1990	1997	Variação 90/97 (%)
Brasil	1.062.707	2.151.835	102,5	658.725	1.330.150	101,9
Região Norte	53.079	111.835	110,7	29.774	72.397	143,2
Acre	2.019	5.709	182,8	764	3.114	307,6

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 23
Matrículas nos Cursos Presenciais de Jovens e Adultos,
com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa
Estado do Acre
1995-1998

Anos	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1995	14.852	-	13.304	1.089	459
1997	22.404	-	18.962	3.416	26
1998	29.789	-	26.159	3.578	52
Variação 95/98	100,6	-	96,6	228,6	-88,7
Variação 97/98	33,0	-	38,0	4,7	100,0

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

O desempenho do sistema de ensino, captado pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental, no período 1995-97, demonstrou avanço nos índices de aprovação para a Região Norte e o país. O mesmo, porém, não ocorreu no Acre que, tendo partido de um patamar acima do obtido pela Região Norte, manteve suas taxas de aprovação estáveis neste período, contrariando a tendência de variação positiva verificada em todo o país, e neste caso, especificamente, na Região Norte e no Brasil, que obtiveram o expressivo crescimento de 7%.

Ainda nesse período, as taxas de abandono, do Estado do Acre oscilaram, registrando aumento de 2%, da 1ª à 4ª série, e queda de 3%, da 5ª à 8ª série, distinguindo-se do país e da Região Norte que apresentaram queda de 3% e de 5%, respectivamente.

O desempenho do ensino médio, apresentou avanços no Estado, mas apesar do crescimento de 6%, ficou 5 pontos percentuais abaixo do crescimento das taxas de aprovação verificadas na Região Norte e no Brasil, entre 1995 e 1997. As taxas de reprovação e abandono, neste período, tiveram redução de 3% e 8%, respectivamente na Região Norte e no Brasil. No Estado, a taxa de reprovação também apresentou decréscimo de 3%, situando-se no

mesmo patamar das observadas para a Região Norte e para o país. Já a taxa de abandono, que apresentou a mesma variação negativa, ficou 3 pontos percentuais abaixo da apresentada pela Região Norte (26%) e 8 acima da apresentada pelo país (14%), em 1997.

Tabela 24
Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Fundamental
Brasil, Região Norte e Estado do Acre
1995-1997

Regiões	Em porcentagem								
	Total			1ª à 4ª Série			5ª à 8ª série		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil									
1995	70,6	15,7	13,6	70,9	16,2	12,9	70,2	14,9	14,9
1996	73,0	14,1	12,9	73,3	14,8	11,9	72,7	13,0	14,3
1997	77,7	11,5	10,8	77,1	12,8	10,1	78,7	9,4	11,9
Região Norte									
1995	58,9	17,9	23,2	59,3	18,3	22,4	58,2	17,0	24,8
1996	62,3	18,7	19,0	62,2	19,7	18,2	62,5	16,7	20,8
1997	65,6	16,5	17,9	64,4	18,5	17,1	68,4	12,0	19,6
Acre									
1995	65,1	17,2	17,7	65,4	18,8	15,9	64,4	14,1	21,5
1996	66,5	16,8	16,7	65,5	18,9	15,6	68,6	12,3	19,0
1997	64,9	16,7	18,4	62,7	19,0	18,3	69,7	11,6	18,7

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

(1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

Tabela 25
 Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Médio
 Brasil, Região Norte e Estado do Acre
 1995-1997

Regiões	Em porcentagem		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil			
1995	67,7	10,3	22,0
1996	74,4	9,9	15,7
1997	78,2	7,5	14,3
Região Norte			
1995	56,3	10,9	32,7
1996	67,9	11,3	20,8
1997	66,8	7,8	25,5
Acre			
1995	65,1	9,6	25,3
1996	71,7	6,8	21,5
1997	70,7	6,9	22,4

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

(1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

A relação existente entre qualidade de ensino e formação dos professores indica que, para complementar a análise do desempenho do sistema, é necessário considerar o perfil dos docentes da educação básica e sua respectiva remuneração.

No Acre, 68% dos professores de 1ª à 4ª série e 50% de 5ª à 8ª série apresentavam, em 1997, a formação exigida para o exercício do magistério, percentual inferior ao da Região Norte no segmento de 1ª à 4ª série, 74%, e semelhante ao de 5ª à 8ª série, 46%, mas, inferiores aos verificados para o país, 88% e 75%, respectivamente. No ensino médio, cerca de 90% dos professores acreanos possuíam a formação exigida para o exercício do magistério, percentual superior à Região Norte (82%) e ao país (89%). No Estado e na Região Norte, entretanto, ainda havia porcentagens muito altas de docentes leigos lecionando em classes de 5ª à 8ª série do ensino fundamental (49% e 54%). Para o país, os valores referentes aos professores leigos de 5ª à 8ª série (24%) eram inferiores aos apresentados pelo Estado e pela Região, e para os que lecionam no ensino médio (10%), semelhantes ao Estado e superiores à Região.

Os valores do salário médio dos docentes, por grau de formação, variavam significativamente, considerando-se apenas a formação exigida pela lei. O Estado apresentava, em 1997, remuneração inferior à visualizada na Região e no País para os dois segmentos do ensino fundamental e também para o ensino médio. A Região Norte, por sua vez, apresentou os maiores salários

para aqueles que lecionavam nos dois segmentos do ensino fundamental e para os que lecionavam no ensino médio.

Esse quadro pode ter sido alterado no ensino fundamental, em 1998, pela implantação do Fundef nos municípios, que, ao exigir a implantação de Planos de Carreira e Remuneração do Magistério, propiciou aumento no salário dos proessores, de acordo com sua habilitação.

Tabela 26
Docentes e Salários por Grau de Formação, segundo Nível de Ensino em que Lecionam
Brasil, Região Norte e Estado do Acre
1997

Nível de Ensino	Total			Grau de Formação						
				Fundamental Incompleto/Completo		Médio Completo		Superior Completo ou Mais		Não Informado
	Nº Absoluto	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)
Brasil										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	204.644	100,0	419,5	14,9	134,1	59,1	349,9	25,6	715,7	0,4
1ª à 4ª Série	616.956	100,0	425,6	12,2	147,4	62,0	363,4	25,5	687,6	0,4
5ª à 8ª Série	434.991	100,0	605,4	0,4	247,0	23,9	329,6	75,3	693,8	0,4
Ensino Médio	238.589	100,0	700,2	0,1	284,1	10,3	345,8	89,1	739,6	0,6
Região Norte										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	15.381	100,0	322,0	29,6	178,5	65,0	359,1	5,0	700,5	0,4
1ª à 4ª Série	54.497	100,0	360,8	25,7	194,6	68,5	397,0	5,3	699,9	0,4
5ª à 8ª Série	25.438	100,0	586,4	1,0	280,3	52,5	445,0	46,1	755,1	0,3
Ensino Médio	11.515	100,0	735,5	0,1	303,9	17,2	406,1	82,4	804,9	0,3
Acre										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	660	100,0	341,36	14,8	239,52	77,4	335,96	7,6	601,86	0,2
1ª à 4ª Série	2.952	100,0	299,73	31,4	224,15	62,7	310,11	5,6	612,25	0,3
5ª à 8ª Série	1.291	100,0	435,88	1,6	223,72	47,6	284,77	50,3	584,66	0,4
Ensino Médio	497	100,0	584,47	0,4	302,00	9,5	309,02	90,1	613,97	0,0

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento

A análise das informações sobre o Acre permite vislumbrar os relativos avanços ocorridos no acesso e permanência das crianças na escola, no que se refere ao atendimento dos alunos do ensino fundamental, através do aumento do número de matrículas e de concluintes e da elevação da taxa de escolarização do Estado. Mas convém ressaltar que isso ocorreu a despeito dos péssimos indicadores de desempenho, como as altas taxas de reprovação e de abandono, que requerem intervenção, através da extensão, para toda a rede, de medidas de correção de fluxo escolar, para sua melhoria.

No atendimento aos jovens e adultos, apesar do elevado crescimento das matrículas e dos concluintes do ensino médio, e das matrículas nos cursos presenciais de jovens e adultos, a taxa de escolarização do ensino médio atingida pelo Estado, em 1998, ainda era baixíssima.

Esse comportamento demonstra que há um desafio a ser enfrentado pelo poder público em relação ao ensino de jovens, pois a baixa taxa de escolarização aponta para a necessidade de medidas de combate ao fracasso escolar e de ampliação da oferta nas modalidades regular e supletivo, tanto para atender à demanda de concluintes do ensino fundamental, quanto trazer para a escola os jovens e adultos que, na idade apropriada, não tiveram oportunidade de ingresso e/ou permanência no sistema de ensino.

Torna-se necessário, também, estabelecer processos de colaboração técnica, pedagógica e financeira entre o Estado e os municípios, para dar condições a esses últimos de assumir a parcela do atendimento que a legislação define como sendo de sua responsabilidade, mas que, historicamente vem sendo assumida pela rede estadual de ensino. Os municípios ainda atendem de forma extremamente limitada à sua população e mesmo a implantação do Fundef, não promoveu o aumento das matrículas em escolas municipais, o que demonstra a existência de outros motivos que impedem a freqüência e a permanência dos alunos na escola.⁴

⁴OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. *A educação no Acre*. Brasília, Unicef, MEC/Fundescola, Banco Mundial/Undime, julho de 2000, no prelo.

No Acre, mais que em outros Estados, promover a qualidade na educação só será possível com o comprometimento e a parceria de todos os níveis de governo.